

## ATA 01/2026

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Bom Princípio, com início às 13h30, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Cultura, a gestora da Cultura Maria Sirlei John, a secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo Marcia Regina Zamberlan Rhoden, a servidora da pasta Daiane Maldaner e a chefe de gabinete Michele Werner, para deliberar sobre as ações culturais do ano vigente. A secretária Marcia e a gestora Sirlei iniciaram a reunião saudando os presentes. Neste primeiro momento, foi apresentada a nova assessora de Cultura, Ana Lúcia da Silva, que relatou sua trajetória na área e colocou-se à disposição para oferecer suporte e, juntos, fazerem a diferença no setor cultural. Iniciando os trabalhos, ela tratou da segunda fase da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), informando que o município se adequou à etapa anterior e, estando em conformidade, realizou um chamamento público para deliberar sobre o uso do valor da próxima etapa. Foi viabilizado o montante de R\$ 116.158,67 e, com base nisso, elaborado o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR). Após a leitura da ata do chamamento público, a assessora explicou a diferença entre as leis de incentivo e o contexto da pandemia, que serviu de impulso para que o governo enviase recursos diretamente às prefeituras para repasse aos artistas. O município possui autonomia para aplicar os recursos conforme o chamamento. Como acordado em ata, o valor seria dividido em duas frentes: metade para o Natal e a outra metade para chamamento público. No detalhamento do PAAR, decidiu-se que parte dos R\$ 60.000,00, mais precisamente R\$ 25.000,00 seria destinada ao Natal de 2026 e o restante, R\$ 30.350,74 para a comemoração dos 44 anos de emancipação do município e R\$ 55.000,00 para um edital de Chamamento Público. Uma outra parcela, de R\$ 5.807,93, será utilizada na contratação de um profissional para auxiliar os grupos culturais na elaboração de projetos e na busca por recursos públicos e privados. A reunião teve como finalidade a votação para aprovação do PAAR, prevendo os valores acima mencionados. As vagas do edital do Chamamento Público ocorrem da seguinte forma: duas vagas para culturas populares e tradicionalismo, duas vagas para música, uma vaga para dança, uma vaga para teatro. Entre as vagas distribuídas, as seguintes cotas são obrigatórias: Negros/pardos: 1, índios- 1. Será, ainda, lançado outro edital para selecionar uma Pessoa Jurídica para realizar as oficinas de escrita de projetos culturais e prestação de contas E a seleção de 02 pareceristas. Questionada sobre a autodeclaração, a assessora esclareceu que, caso não haja inscritos em alguma cota, a vaga será remanejada. Também houve questionamento sobre o número de vagas em relação à quantidade de grupos; comentou-se que é preferível diminuir o número de vagas para oferecer um valor maior aos contemplados. Sugeriu-se, ainda, a realização de um circuito de atividades pelo município para contemplar todos os grupos, em vez do modelo atual de chamamento. A assessora ressaltou que a PNAB terá cinco ciclos e,

como o município está no segundo, novos grupos poderão ser contemplados nas etapas futuras. Ela sugeriu que os grupos fiquem atentos a editais externos, como a LIC, que está com inscrições abertas até a próxima semana, com previsão de novo edital em 60 dias. Para o ano corrente, o PAAR não pode mais ser modificado, mas o plano poderá ser ajustado nos próximos anos conforme o entendimento dos grupos. A assessora reforçou que a operacionalização, embora não obrigatória, é interessante para dar suporte técnico aos grupos na elaboração de projetos de maior qualidade. Sobre a prestação de contas, lembrou que é obrigatório o registro por fotos e o uso de banners para comprovar a execução. Por fim, o PAAR 2026, abrangendo o aniversário do município, o Natal, a operacionalização e o chamamento público, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A assessora encerrou reafirmando o compromisso de divulgar novas possibilidades de captação. Nada mais havendo a declarar, lavro a presente ata.

